



# Fiscalização de obras em 2011 mostra evolução no sistema de controle

O Tribunal de Contas da União entregou em novembro ao Congresso Nacional o relatório de consolidação das fiscalizações de obras de 2011. O documento subsidiará a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2012. As correções propostas pelo TCU podem gerar benefícios de até R\$ 2,6 bilhões aos cofres públicos.

Entre os 230 empreendimentos fiscalizados, o TCU identificou 26 obras com indícios de irregularidades gra-

ves que, segundo definido pela LDO, indicam o bloqueio orçamentário. O ministro-relator do trabalho, Raimundo Carreiro, destacou a queda ocorrida nos últimos dez anos no número desses indícios, classificados como “indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P)”. De acordo com Carreiro, a diminuição de IG-P deve-se à evolução conceitual do termo. “O conceito evoluiu no sentido de reduzir o número de obras paralisadas.”, explicou o relator. Em 2001, 121 obras foram classificadas como IG-P; em 2010, esse número caiu para 32, chegando a 26 em 2011.

O presidente do TCU, ministro Benjamin Zymler, acredita que o aumento da capacidade de fiscalização do tribunal, a maior interação do TCU com os gestores e a melhoria da gestão pública contribuíram

para a diminuição no número de IG-P. Para Zymler o trabalho do tribunal ao longo desses quinze anos de Fiscobras vem contribuindo para uma ação cada vez mais preventiva do controle externo. “Isso evita que obras com problemas de viabilidade técnica e econômica sejam iniciadas, tendendo à extinção a expressão ‘obras inacabadas’”, previu.

### PRINCIPAIS IRREGULARIDADES

O sobrepreço e o superfaturamento lideraram as irregularidades encontradas em obras em 2011. De um conjunto de 230 fiscalizações de obras, foram encontrados indícios de superfaturamento ou sobrepreço em 126. Deficiências relacionadas à licitação foram identificadas em 168 obras.

Segundo os critérios definidos pela LDO, as irregularida-

des graves que recomendam a continuidade da obra (IG-C) correspondem a 154 obras. Os indícios de irregularidades do tipo IG-P (indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação) envolvem 26 obras e outras 7 correspondem a indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores (IG-R).

Avaliando-se o comportamento das fiscalizações por setor de governo, a maior incidência de indícios de IG-P e IG-R está em infraestrutura. Nas unidades orçamentárias responsáveis por obras com indícios de irregularidade grave, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) apresentaram maior quantidade de obras com IG-P. De 87 obras executadas pelo Dnit, oito se incluem nessa classificação e de 20 fiscalizações feitas em obras da Funasa, cinco estão com indicativo de paralisação.

Entre as unidades federativas, a Região Nordeste apresentou o maior índice de irregularidades, com um total de 69. A Região Sudeste apresentou o segundo maior, com 60 constatações.

### FISCALIZAÇÕES TEMÁTICAS

Em 2011, pela primeira vez, o TCU realizou auditorias



em obras públicas com características semelhantes. O trabalho englobou 80 auditorias e permitiu o alcance de resultados em uma proporção maior, o que possibilitou ganhos de escala na correção de problemas detectados e a garantia de efeito multiplicativo nos benefícios registrados. As fiscalizações foram divididas em Pontes e Viadutos (40), Estabelecimentos Penais (20) e Funasa (20).

Na temática Pontes e Viadutos, o TCU avaliou 40 fiscalizações do Programa de Reabilitação de Obras de Arte Especiais (Proarte) do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que tem como objetivo a recuperação, restauração e alargamento das pontes e viadutos das rodovias federais. O Proarte engloba cinco mil obras, divididas em duas fases, e tem investimentos estimados em R\$ 5,8 bilhões. As auditorias do tribunal constataram projeto básico deficiente e sobrepreço em alguns serviços do orçamento. O trabalho de fiscalização permitiu a redução do preço máximo no processo licitatório a ser realizado e o total dos benefícios das auditorias gira em torno de R\$ 62 milhões.

O TCU fiscalizou 20 obras destinadas a reforma, ampliação e construção de estabelecimentos penitenciários,

localizados em oito estados, cujo valor dos contratos somados chega a R\$ 123 milhões. Neste trabalho, priorizou-se a escolha de obras com execução física em fase inicial. Em todas as fiscalizações foram identificadas irregularidades, como projeto básico deficiente ou desatualizado, impropriedades na execução do convênio e orçamento incompleto ou inadequado. As auditorias possibilitaram reduções no preço máximo de licitações e no valor do contrato, o que resultou no benefício de R\$ 3,24 milhões.

A execução de ações de saneamento a cargo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) também foi tema das Fiscalizações Temáticas. O TCU fiscalizou 20 obras de saneamento executadas com recursos repassados a estados e municípios pela Funasa, sendo oito de sistemas de abastecimento de água, oito de sistemas de esgotamento sanitário e quatro de sistemas de drenagem urbana. As obras estão localizadas em onze estados e possuem investimento médio de R\$ 2,3 milhões.

## MELHORIAS

Com o objetivo de aprimorar as técnicas de fiscalização e avaliação quantitativa e qualitativa das obras públicas, as

Secretarias de Fiscalização de Obras do TCU aplicaram, no decorrer do Fiscobras 2011, uma série de procedimentos novos por meio da aquisição de equipamentos e contratação de novos serviços.

Além disso, o tribunal promoveu o treinamento dos auditores sobre patologia de obras de edificação rodoviárias, hídricas e de construção pesada; priorização na aquisição de equipamentos e aparelhos de auxílio à fiscalização de obras públicas e autorização da aquisição, locação ou contratação de serviços que disponibilizassem tecnologias às unidades técnicas para fiscalização das obras.

Houve ainda, em 2010, licitações para aquisição de equipamentos (esclerômetro, localizador de barras de aço e GPS com câmera) e para contratações de serviços (topografia, ensaio de integridade - PIT e ensaio de irregularidade longitudinal - IRI).

Os serviços de aferição de topografia foram utilizados com o objetivo de avaliar os volumes de terraplanagem; os ensaios de integridade (PIT), por sua vez, com o objetivo de verificar a profundidade e integridade de fundações; já os ensaios de irregularidade longitudinal (IRI) funcionaram como medidor do índice de irregularidades longitudinais de um pavimento.